



CLIPPING

COORDENADORIA DE IMPRENSA DO TJPA

coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br - (91) 3205-3256 / 3274

03 DE
MARÇO DE 2021



REPÓRTER

70

SOLUÇÃO

> RESÍDUOS SÓLIDOS PRORROGAÇÃO

A empresa Guamá Tratamento de Resíduos bateu o martelo e decidiu que vai mesmo prorrogar o prazo de funcionamento do aterro sanitário de Marituba, que, segundo acordo judicial, deveria cerrar as portas no próximo dia 31 de maio. Ainda há dúvidas, contudo, sobre qual será a nova data prevista para que o local deixe de receber os resíduos sólidos produzidos pelos moradores da Região Metropolitana de Belém.

A resposta a essa questão virá a partir de uma série de conversas dos prefeitos com o governo do Estado para que, juntos, desenhem uma solução definitiva para a destinação dos resíduos sólidos de Belém, Marituba e Ananindeua. Um encontro previsto para hoje dará o pontapé inicial nas negociações. Responsável por acompanhar o caso, o desembargador Luiz Neto, que homologou o primeiro acordo, tem dito a interlocutores próximos que a nova data terá que ser estabelecida com base em dados técnicos para evitar a desmoralização desse tipo de mecanismo judicial.

RD REPÓRTER
DIÁRIO

UNIFICAÇÃO

O TJPA iniciou preparativos para a implantação de Unidades de Processamento Judicial (UPJ's) unificando, em três, 14 secretarias de Varas Cíveis e Empresariais do Fórum Cível de Belém. Com as unidades, serão unificados os procedimentos administrativos das secretarias de forma a contribuir com a agilidade e produtividade da prestação jurisdicional. A implantação das três unidades ocorrerá de forma gradativa de 1º de março a 9 de abril.

Defensoria Pública apresenta projetos para Elcione

MULHERES

A Defensoria Pública do Estado do Pará apresentou para a deputada federal Elcione Barbalho, na tarde de segunda-feira (01), dois projetos voltados para o direito e proteção das mulheres. O projeto "Defensoria Por Elas" tem por objetivo efetivar a garantia da mulher em situação de violência doméstica e familiar prevista na Lei Maria da Penha, como o acesso a informação clara e eficiente sobre os mecanismos para obter a proteção e assistência previstas na legislação, a obtenção dos documentos necessários ao exercício de seus direitos - certidão de nascimento, RG, CPF, carteira de trabalho-, entre outros

serviços. O projeto "Eles por Elas" tem o objetivo de transformar a masculinidade hegemônica para uma masculinidade saudável, gerar relações simétricas entre homens e mulheres, entre outros, de forma a contribuir com a erradicação da violência.

A deputada conheceu os projetos através de uma reunião solicitada pela Defensoria Pública que contou com a participação do defensor público geral João Paulo Lédo, da subdefensora Mônica Belém e dos defensores públicos Luciana Filizzola, Larissa Machado, Fábio Rangel e Larissa Beltrão.

Segundo João Paulo Lédo, a parlamentar é referência nacional nessa luta, e a instituição tem

se inspirado no trabalho da deputada para realizar a ampliação desses serviços. "Lançaremos o projeto Defensoria Por Elas - voltado especificamente para a orientação, prevenção e combate à violência contra mulher. Serão capacitações para chegar mais longe", afirmou. Durante a reunião, diversos temas foram discutidos, entre eles a relação de gênero, a violência doméstica e familiar, as consequências psicológicas que a violência causa para todos na família que vive essa situação e estratégias para enfrentamento da violência contra a mulher.

"Me sinto agradecida por esse convite de reconhecimento, pois sempre procurei trabalhar em



Deputada Elcione participou de reunião com representantes da Defensoria Pública

FOTO: DIVULGAÇÃO

favor de políticas públicas para as mulheres e a cada ano que passa podemos somar forças com organizações e instituições e avançar no debate de ga-

rantia de direitos às mulheres, e no combate à violência. Esse assunto deve ser debatido todos os dias do ano, mas durante este mês de março, conheci-

do como mês das mulheres, vamos intensificar as ações e fortalecer a causa, porque juntos somos mais fortes", disse a deputada na reunião.

MPPA recomenda ajustes de segurança no Centro de Internação de Adolescente Masculino de Marabá

02 MAR 2021 - 16:51 | ATUALIZADO 02 MAR 2021 - 17:55 | Compartilhar 4



A Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (Fasepa), recebeu da Promotoria de Justiça de Marabá recomendações para que seja feita a manutenção do Centro de Internação de Adolescente Masculina de Marabá (CIAM) e a troca de estruturas metálicas do local que tem sido usadas em brigas entre os internos. O texto foi assinado dia 24 de fevereiro, pelas promotoras Jane Cleide Silva Souza e Alexssandra Muniz Mardegan.

O Ministério Público recomendou a troca dos beliches metálicos por camas de concreto, substituição das grades dos espaços de sol por parede de concreto, manutenção das grades com ferrugem e problemas de solda, manutenção nos banheiros, instalação de grades, placas metálicas e outros itens de segurança

CLIPPING DE NOTÍCIAS DO TJPA

Departamento de Comunicação – Coordenadoria de Imprensa
(91) 3205-3256/3274 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

na quadra esportiva do Ciam, instalação de proteção aos cadeados dos quartos-cela e mais. A Fasepa tem 60 dias para cumprir os pedidos.

De acordo com Ministério Público, as recomendações foram feitas após uma inspeção realizada em janeiro deste ano. Foi possível verificar que estruturas metálicas dos beliches estavam frágeis e eram facilmente quebradas pelos internos, que utilizam o metal para atacar uns aos outros e para quebrar os cadeados dos quartos-cela.

Segundo as promotoras essas ações têm como objetivo ‘amenizar as vulnerabilidades estruturais e fortalecer a segurança do Centro de Internação de Adolescente Masculino de Marabá’, pois foi constatado que ‘os socioeducandos utilizam a estrutura metálica das camas como armas para agredir os demais internos e monitores, bem como quebrar cadeados das portas dos quartos-cela’.

PARÁ

Sejudh terá programação gratuita sobre feminicídio

“Órfãos do Feminicídio: Vítimas Invisíveis – Vidas Ceifadas, Órfãos deixados!” será o tema



Redação Integrada

02.03.21 17h18



A Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh) inicia no dia 8 de março a agenda de atividades em alusão ao Dia Internacional da Mulher. As ações são desenvolvidas pela Coordenadoria de Integração de Políticas para Mulheres (CIPM), vinculada à Diretoria de Cidadania e Direitos Humanos da Sejudh, que coordenam políticas públicas integradas para a proteção dos direitos das mulheres no Pará.

O tema da campanha deste ano será “Órfãos do Feminicídio: Vítimas Invisíveis – Vidas Ceifadas, Órfãos deixados!”, com um debate sobre o feminicídio e os impactos que ele causa na sociedade.

CLIPPING DE NOTÍCIAS DO TJPA

Departamento de Comunicação – Coordenadoria de Imprensa
(91) 3205-3256/3274 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A programação inicia às 14h da próxima segunda-feira (8), no hall do shopping localizado na saída do viaduto de Ananindeua. Em seguida, às 19h, haverá um seminário virtual sobre o tema será transmitido nas redes sociais da secretaria.

No dia 9 de março, uma live fará o debate com mulheres jovens referentes às consequências do feminicídio. No dia 12, outra live terá como tema o “Atendimento à Mulher na rede de serviços e à violência institucional”.

Já no dia 19 de março, o tema abordado será “A mulher preta em Ananindeua”, que marcará também o Dia Internacional para a Eliminação Racial. Tudo com transmissão ao vivo no Youtube e no Facebook da Sejudh.

A ideia da secretaria é dar maior visibilidade ao assunto e às reflexões sobre a construção de uma política estadual de enfrentamento ao feminicídio, sempre assegurando a proteção das mulheres e a proteção social de filhos e filhas que ficam órfãos.

De acordo com a responsável pela Coordenadoria de Integração de Políticas para as Mulheres (CIPM), Márcia Jorge, o objetivo é realizar a integração da rede de proteção das mulheres do estado do Pará.

“A campanha trabalha o enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres da cidade, do campo, das águas, e da floresta, prevendo ações educativas, por meio de campanhas preventivas, informativas e formativas sobre todos os tipos de violência contra a mulher”, ressaltou.

De acordo com a secretaria, a campanha buscará parcerias com órgãos que atuam na causa da mulher, para a garantia de políticas para as mulheres nos 144 municípios do estado, a partir de ações com a Defensoria Pública, Ministério Público, Tribunal de Justiça, Fundação Parápaz, os Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher, os Centro de Referências em Assistência Social e Centro de Referência Especializado de Assistência Social e movimento de mulheres.

Concursados reivindicam decisão judicial para garantir exercício de cargos em Portel, no Marajó

Pedido do MP para garantir exercício imediato segue sob análise da Justiça.

Por G1 PA — Belém

02/03/2021 18h12 - Atualizado há 15 horas



"Precisamos que o juiz se manifeste logo, pois muitas famílias estão passando fome precisando de resposta", diz manifestante que participou de um ato em frente ao Fórum da Justiça em Portel, no Marajó, nesta terça (2). O protesto é contra decisão da atual gestão municipal de afastar os servidores, que foram nomeados e empossados pela gestão anterior da cidade.

Segundo os manifestantes, o prefeito atual Paulo Ferreira (MDB) quer afastá-los, alegando falta de recursos para pagamento da folha salarial. O G1 solicitou nota de posicionamento, mas não havia obtido resposta até a última atualização da reportagem.

CLIPPING DE NOTÍCIAS DO TJPA

Departamento de Comunicação – Coordenadoria de Imprensa
(91) 3205-3256/3274 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Os concursados, que já [chegaram a ocupar a sede da prefeitura](#), foram empossados no dia 30 de dezembro de 2020 e são profissionais do nível de alfabetização ao nível superior, incluindo agentes de vigilância, auxiliares e agentes administrativos, professores, assistente sociais, técnicos em enfermagem, turismólogos, e outros.

À época do início do início dos protestos, a prefeitura disse que "verificada a real necessidade de preenchimento de vagas efetivas, poderá fazer novas convocações dentro da validade do certame".

Sobre o caso, o Ministério Público do Pará impetrou um mandado de segurança na intenção de garantir o exercício imediato dos servidores. A sentença da Justiça está prevista para a partir desta quarta (3).